



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 65
Dezembro – 2005

S U M Á R I O

2 | *Perguntas impertinentes a um amigo anti-globalizador*

Paulo Roberto de Almeida

5 | *O Brasil na história do futuro ou o Brasil no futuro incerto*

José Flávio Sombra Saraiva

7 | *Bolívia: um paradoxo do liberalismo político versus a globalização*

José Ribeiro Machado Neto
Thaís Maria Ribeiro

10 | *Existe mercado de trabalho para relações internacionais?*

Rodrigo Cintra

12 | *Santa Sé e Estados Unidos: afinidades eletivas nem sempre próximas*

Virgílio Arraes

Perguntas impertinentes a um amigo anti-globalizador

Paulo Roberto de Almeida*

Tenho mantido, desde alguns anos, um diálogo absolutamente unilateral, isto é, sem retorno do outro lado, com o movimento anti-globalizador, o que não me impede de conservar bons amigos nessa caótica corrente, que eu me arriscaria em catalogar, em seu conjunto, como razoavelmente autista e passavelmente esquizofrênica. Desde já me desculpo pelas qualificações, que podem parecer desrespeitosas, mas é que não consigo classificar de outro modo um movimento, certamente não homogêneo, que não ostenta argumentos a favor de algo definido – contrariando, aliás, seu slogan preferido, segundo o qual “um outro mundo é possível” –, mas que basicamente se posiciona “contra tudo isso que está aí”, ou seja, contra a globalização capitalista, contra o neoliberalismo, o consenso de Washington, sem no entanto se dignar a indicar, concretamente, quais seriam as vias alternativas. Concedo que o movimento é jovem e ainda não definiu seu perfil exato – o seu nicho na globalização, como diriam os marquetólogos – mas dentro em pouco ele estará completando dez aninhos, e conviria colocar as idéias em ordem.

Como eu vejo seus integrantes preparando-se ativamente para o próximo encontro latino-americano desse movimento, a realizar-se em Caracas no final de janeiro de 2006, resolvi sair a campo desta vez, colocando alguns elementos de reflexão que mereceriam algum tipo de discussão nesse evento. Como também sou contra, e nisso estou de acordo com eles, o chamado “pensamento único”, creio que estou no direito de cobrar desse movimento algumas precisões sobre pontos fundamentais de seu “ideário”, se é possível conceituar assim o conjunto bastante confuso de “crenças” e de afirmações principistas que o movimento parece ostentar.

Uma única exigência poderia ser feita em termos de “bases para o diálogo”: um mínimo de lógica

formal nos argumentos e alguma sustentação na realidade. A academia, à qual pertence a imensa maioria dos anti-globalizadores, herda supostamente seus métodos de trabalho da antiga tradição socrática do contraditório e da procura da verdade, o que pode e deve ser buscado no plano da lógica, mas também, e sobretudo, segundo o velho legado baconiano da comprovação empírica, da exposição honesta dos fatos e das conclusões e inferências que podem resultar da busca incessante de explicações razoáveis para as evidências de que dispomos para tal ou qual problema concreto da natureza ou da sociedade. É o que tenho procurado honestamente fazer em todos os meus textos sobre a globalização (vários dos quais disponíveis no site www.pralmeida.org).

É o que me proponho fazer mais adiante, mas quero dar antes ao movimento anti-globalizador o privilégio de primeiro apresentar suas propostas concretas sobre o “outro mundo possível” que tanto pregam. Afinal de contas, ninguém reúne tantas pessoas num único lugar, desta vez aparentemente com a presença de quatro ou cinco presidentes da região, apenas para ficar repetindo slogans ou pelo simples prazer de se encontrar. Deve haver matéria mais substantiva a ser discutida, algo concreto, *du pain sur la planche*, como diriam os colegas franceses da Attac, o movimento que primeiro deu início a essa onda anti-globalizadora em meados dos anos 1990.

A impressão que tenho, entretanto, é que esses irreduzíveis gauleses, como diriam os próprios franceses, estão ficando “à court d’arguments”, ou seja, faltam a eles e a seus parceiros latino-americanos argumentos concretos para sustentar o debate em torno das principais questões da globalização, e com isso eles pretendem dar por encerrada a discussão. Como, de minha parte, nunca dou por encerrada qualquer discussão – pois sempre considero que os

*Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor (pralmeida@mac.com).

argumentos devam ser todos expostos, para que do debate possa surgir algum esclarecimento mais completo em torno do problema que nos ocupa –, gostaria de continuar esse exercício em torno das supostas idéias liberais, de um lado, e anti-globalizadoras, de outro, propondo algumas perguntas a meus amigos do movimento anti-globalizador, que eles estão gentilmente convidados a responder.

Tenho plena consciência de que meus esforços são absolutamente unilaterais, pois que nunca, até o presente momento, obtive resposta ou contestação a meus muitos escritos “anti-globalizadores” – muitos deles absolutamente provocadores, não hesito em confessar –, mas pretendo ainda assim continuar no terreno de luta, armado unicamente de meus instrumentos habituais: os argumentos como elementos essenciais do discurso, a lógica como método irrecusável e a sustentação empírica e as evidências históricas em apoio fático às minhas afirmações e propostas.

Voilà, tendo feito esses prolegômenos necessários, vamos às perguntas:

1. Quais são as evidências materiais, ou seja, provas estatísticas, dados quantificáveis, observáveis e verificáveis, de que a globalização, como pretendem os anti, aprofunda a miséria, cria mais desemprego e acarreta mais desigualdades no mundo? Isso vale tanto para dentro dos países, como entre os países, esclareço.
2. Se as políticas liberais só conseguem produzir recessão e desemprego, privilegiando unicamente os setores financeiros – o capital financeiro monopolista internacional, como se dizia antigamente –, por que, exatamente, os países que mais crescem e que ostentam as menores taxas de desemprego são, justamente, esses ditos “neoliberais”?
3. Se o “consenso de Washington” fracassou redondamente na América Latina, por que os países que mais são contrários às suas regras não são, longe disso, exemplos de crescimento, de

dinamismo e de inserção competitiva na economia internacional? E por que, a contrário senso, os países que mais se identificaram com essas medidas “neoliberais”, a começar pelo Chile, conseguem ostentar taxas sustentadas de crescimento ao mesmo tempo em que fazem progressos no caminho da redução das desigualdades distributivas e da qualificação competitiva de suas economias?

4. Se os processos de abertura econômica e de liberalização comercial significam, *ipso facto*, sucateamento da indústria e desmantelamento de setores inteiros da economia nacional, como explicar as evidências de que países que adotaram essas medidas de modo unilateral, como o Brasil do início dos anos 1990, por exemplo, registraram, nesses anos justamente, as maiores taxas de crescimento da produtividade, além de ganhos significativos e comprovados de competitividade internacional?
5. Se as regras liberais impõem, como acusam os anti-globalizadores, total liberdade aos movimentos de capitais e a plena abertura cambial, o que facilitaria as atividades especulativas nos mercados de divisas, como explicar o fato de que a Argentina, no auge do seu “fundamentalismo liberal”, impunha a rigidez cambial, em direção oposta aos regimes cambiais praticados pela maior parte dos países e contrariamente ao que sempre prega o FMI em caso de correção de desequilíbrios de balanço de pagamentos?
6. Se a flexibilização neoliberal do mercado de trabalho produz desemprego e perda de direitos consagrados, resultando em precarização ampliada das relações de trabalho e terceirização, por que os países que mais adotaram essa postura são os que exibem as menores taxas de desemprego e o maior crescimento da produtividade do trabalho?
7. Se o livre-comércio internacional acarreta desigualdades crescentes e dependência de

- empresas multinacionais, o que compromete políticas públicas, macroeconômicas e setoriais, por que os países, ou melhor, as economias que mais se inseriram nos fluxos internacionais de intercâmbio comercial são as que melhoraram de padrão de vida, viram o surgimento de suas próprias multinacionais e diminuíram, justamente, sua dependência de alguns poucos mercados de matérias-primas ou manufaturados leves, que são dominados por alguns poucos oligopolistas mundiais?
8. Se os direitos de propriedade intelectual são inerentemente injustos, transferindo renda dos países mais pobres para os mais ricos, condenando os primeiros a uma “eterna dependência tecnológica” dos segundos, por que países como China e Índia, que são ainda relativamente pobres para os padrões internacionais, estão aderindo de forma crescente a normas mais elevadas de proteção patentária?
 9. Se os investimentos estrangeiros são criadores de maior dependência econômica e de remessa ampliada de divisas e de royalties para o exterior, por que tantos países em desenvolvimento vêm aumentando o volume e a qualidade da proteção dada ao IDE, assinando acordos de garantia de investimentos e assegurando livre transferência dos resultados produzidos?
 10. Se já existem evidências concretas de que as políticas agrícolas, subvencionistas e protecionistas, de países desenvolvidos, como os EUA, a União Européia e o Japão, entre outros, são absolutamente condenáveis, em primeiro lugar em função de sua inerente irracionalidade econômica, em segundo e principal lugar em virtude do enorme prejuízo trazido aos países mais pobres, por que os movimentos anti-globalizadores, que dizem atuar em prol do desenvolvimento e da inserção dos mais pobres e do bem estar de suas populações, não são mais incisivos na oposição a essas políticas?
 11. Se os países em desenvolvimento são, por definição e historicamente, importadores líquidos de capitais dos países mais ricos, por que os movimentos anti-globalizadores insistem tanto na adoção de uma taxa internacional sobre os movimentos de capitais, sabendo-se que esse novo imposto irá necessariamente aumentar o custo dos empréstimos e de captação de recursos financeiros nos mercados livres?
 12. Finalmente, se mercados livres já provaram, ao longo da história, sua funcionalidade absoluta do ponto de vista da modernização tecnológica, dos ganhos de oportunidade, da distribuição de renda via especialização produtiva e outros benefícios indiretos da livre circulação de fatores, por que os anti-globalizadores, e com eles o contingente bem maior de protecionistas de todos os tipos, insistem tanto na administração política dos mercados internacionais, como se os governos soubessem melhor do que agentes econômicos ou do que os indivíduos consumidores o que é melhor para o bem estar dos cidadãos dos mais diversos países?
- Voilà:* deixo aqui algumas perguntas para as quais eu apreciaria muitíssimo dispor de respostas pelo menos tentativas por parte daqueles que se identificam, de perto ou de longe, com o movimento anti-globalizador. Elas podem também servir de sinalização para o próximo encontro dos anti, a ser realizado neste final do mês de janeiro de 2006. Respostas eventuais para a minha caixa postal, por favor...
- Brasília, 12 de janeiro de 2006



O Brasil na história do futuro ou o Brasil no futuro incerto

José Flávio Sombra Saraiva*

O futuro não se prevê, apenas se constrói coletivamente. Essa é uma máxima atualizada de Padre Antônio Vieira, confirmada em sua extraordinária *História do Futuro*, composta por um conjunto de sermões, publicados no século XVIII e recentemente relançada pela Editora Universidade de Brasília. Lembra o grande filósofo jesuíta que a ciência do futuro é “a mais conforme ao apetite humano”, embora seja superior à sua capacidade. O exercício do futurismo nos serve como sugestão para os caminhos a serem traçados e não como adivinhação.

As relações internacionais do ano que se descortina não prometem mudanças substanciais em relação aos acontecimentos e processos dos anos recentes. A baixa racionalidade do quadro internacional, acirrada ante o retorno dos egoísmos nacionais fervidos em azeites quentes, fez do mundo um lugar inseguro para os que imaginam que seria possível mais previsibilidade e humanismo. A idéia de construção de uma sociedade internacional cooperativa e equilibrada padece ante as desinteligências.

Seguirá o ano de 2006 carregando o fardo dos difíceis últimos anos, plasmados por insensibilidades. A história recente serve à história do futuro. Para aqueles que haviam construído suas carreiras profissionais e seus sonhos em favor da defesa dos valores da paz e da ordem internacional, os últimos anos foram aterradores, dominados pela exuberância das guerras injustas, das retaliações desproporcionais, das mentiras de chefes de Estado para justificar o recurso à deflagração da guerra como meio de controle de materiais nobres e regiões estratégicas, das ocupações ilegais de potências estrangeiras em países até então soberanos e da generalização da violência do terror, entre tantos outros fenômenos.

O mais emblemático fato, no ocaso de 2005, a exemplificar a tendência egoísta que tomou conta das relações internacionais pôde ser visto na Sexta Conferência da Organização Mundial do Comércio de Hong Kong, encerrada no dia 18 de dezembro. A idéia, que não tem nada de romântica ou utópica, de acesso natural de produtos descriminados nos mercados do

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

Norte, é obstada pela intransigência daqueles que, em nome de um lacônico discurso de matriz colonialista, não percebem que o futuro deles depende também de uma atitude justa e de equilíbrio em relação à equanimidade na circulação das mercadorias.

Países que fizeram um grande esforço de ampliação da produtividade no campo e que se constituíram em verdadeiros celeiros de produtos agrícolas acabados e semi-acabados, como aqueles que compõem o G 20, não conseguem acesso aos mercados dos fortes, fechados e egoístas que se tornaram os países centrais do capitalismo. Mesmo sem reciprocidade, exigem esses a abertura das nossas portas aos seus produtos e serviços, fechando nossos postos de trabalho.

O Brasil, nesse sentido, tem uma contribuição a dar ao novo ano. A diplomacia e a sociedade brasileira devem por em marcha uma estratégia internacional de associação crescente às forças que se organizam em torno da remodelação dos termos da inserção desigual. O exemplo do G 20, como também a via do aprofundamento da construção de uma grande área de entendimento da América do Sul, entre outras iniciativas, permitem cimentar caminhos plausíveis,

realistas e coerentes, ante os tempos difíceis que seguirão se avizinhando.

Aqui, no extremo Ocidente, em uma região relativamente alheia ao foco do terrorismo internacional islâmico, há condições plenas para se por em marcha práticas democráticas que não signifiquem apenas a adoção pouco crítica do jargão formal das eleições que mantém modelos econômicos que ampliam a vulnerabilidade social da região. O Brasil pode contribuir ao futuro como um exemplo a ser seguido. Para tal o país terá que melhorar sua imagem externa. Construir o nosso próprio futuro doméstico por meio de correções de rumo que se fazem necessárias é um desafio essencial para que o ano de 2006 possa ser contado como de êxito na cena internacional. Sem um novo ciclo virtuoso na política, sem uma profunda reorientação nas formas de realizá-la e sem a reversão dos dados da curva de desaquecimento do crescimento econômico, não poderemos reivindicar o papel de construtores do futuro. O mundo não poderá confiar em nós se não soubermos confiar em nós mesmos. E, em especial, decepcionaremos a história do futuro de Padre Antônio Vieira.



***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br>.

Bolívia: um paradoxo do liberalismo político versus a globalização

José Ribeiro Machado Neto*

Thaïs Maria Ribeiro **

A partir da segunda metade do século XIX, a exemplo da maioria dos recém criados Estados latino-americanos, a Bolívia – de considerável extensão territorial que ia do Pacífico ao chaco paraguaio – travou uma séria contenda para inserir-se na nova ordem econômica mundial representada pelo comércio internacional e por uma ininterrupta movimentação de capitais financeiros, liderada pela Inglaterra.

A trajetória dessas economias foi lenta e desigual: na Argentina, através das exportações de carne e de trigo; no Brasil com as exportações de café e de açúcar; e no Chile com as exportações de salitre e de cobre, alcançado assim, esses Estados as melhores oportunidades oferecidas pelo mercado internacional e, conseqüentemente, os espaços de destaque no novo processo de reinserção latino-americana no comércio mundial inserido no liberalismo econômico.

O esgotamento do esforço exportador dar-se-ia primeiramente com a elevação dos níveis de progresso técnico alcançado pelos países importadores. Posteriormente, e de forma esporádica, pela periodicidade das importações e, ainda que de forma irregular do estrangulamento externo causado por crises político-militares no Hemisfério Norte. No continente latino-americano, pela não absorção de externalidades do comércio internacional e das inovações tecnológicas, fracasso do modelo político liberal e por sucessivas crises de identidade de fronteiras, tendo algumas delas terminado em guerras, a exemplo das Guerras da Santa Aliança

(1864-1870), do Pacífico (1879-1883) e a Guerra do Chaco (1932-1935). Nesses dois últimos conflitos a Bolívia foi perdedora para o Chile e para o Paraguai respectivamente, tendo com conseqüência a perda de extensões territoriais, dismantelamento da consciência nacional e declínio gradual da oligarquia mineira.

A Bolívia adentra o século XX debilitada economicamente e com um sério aprofundamento tecnológico. Sua economia, ao centrar-se no campo, desenvolveu lentamente uma agricultura de subsistência, onde aproximadamente 20% da elite proprietária concentrariam uma parcela da riqueza nacional maior 30 vezes do que os 20% dos segmentos mais pobres da população. Esse quadro é alargado quando se considera que o nível de pobreza da população total alcança 60% e, no meio rural, 90%, classificando a economia boliviana como a mais pobre na América Latina e, ao mesmo tempo, dependente da contribuição externa para qualquer tentativa de transformação estrutural permitida em um capitalismo periférico.

Em meados de 2004 o PIB boliviano alcançou a magnitude de US\$ 22.300 milhões e o PIB per capita US\$ 2.600, valores inferiores à média do Mercosul (US\$ 4 274). A sua composição prioriza a área de serviços com 59% e o restante, 28% para a indústria e 13% para a agricultura, na sua maioria de subsistência. A relação capital/produto não ultrapassa anualmente a 11% do PIB e os investimentos brasileiros somam a US\$ 2.000 milhões, correspondentes a 9% do PIB, sendo somente os oriundos da Petrobrás 7,0%

* Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e professor de Formação Política e Econômica da América Latina, Formação Política e Econômica do Brasil, Coordenador do Núcleo de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI) e membro do Conselho Editorial da revista UNIVERSA, na Universidade Católica de Brasília.

** Bacharelada em Relações Internacionais na Universidade de Brasília.

do PIB, o que torna essa empresa a maior da Bolívia e motivo de sérias contestações.

Nesse quadro reflete-se a taxa de crescimento anual de 3,7%, expressiva conjunturalmente, porém, inferior à média apresentada pelos países do Cone-Sul (5,4%) e destoante do perfil dos seus agregados macroeconômicos. A sua força de trabalho era de 3,8 milhões (42,7% da população total); a taxa de desemprego de 9,2% nas áreas urbanas, podendo ser considerada como um forte motivador da informalidade, que atualmente alcança 68% da atividade econômica, alcançado nos últimos quinze anos.

Aos indicadores sociais – liderados pela mais expressiva linha de pobreza da América Latina – aliam-se a taxa de mortalidade infantil de 53,11%/1000, a taxa de desemprego de 9,2% nas áreas urbanas e uma expectativa média de vida de 62 anos. São compromissos imediatos, cujas alterações serão exigidas do próximo governo, mediante promessas de materialização de um novo ciclo de contestações pelas maiorias indígenas e operárias, ambas responsáveis por derrubadas de governantes num passado recente: Sánchez de Lozada (2003) e Carlos Mesa (2005).

O atual quadro partidário da Bolívia tem sido considerado uma alegoria política pelos países economicamente organizados. A vitória do candidato

Evo Morales, o primeiro indígena a chegar à presidência, pertencente ao Movimento ao Socialismo (MAS), tem antecipado o retorno ao combate ao multilateralismo, demonstrando ainda ser amplamente favorável à nacionalização da riqueza nacional. Ultimamente, tem amedrontado os investidores internacionais responsáveis pelo funcionamento dos setores estratégicos da economia boliviana e, ao mesmo tempo, compensadores dos baixíssimos níveis de poupança interna.

Morales conseguiu expressiva maioria e, além do compromisso com a alteração dos indicadores sociais terá de cumprir a promessa de modificar a constituição atual para ampliar os direitos indígenas, rever os contratos com as multinacionais, legalizar a produção de coca, a participação boliviana no multilateralismo econômico e, inclusive, as relações bilaterais com o Brasil e EUA. Além disso, terá no curto prazo a obrigatoriedade de avaliar as externalidades da antiga aspiração boliviana de alcançar o Pacífico para a dinamização e competitividade do setor externo, paradoxalmente à vontade da maioria das representações indígenas.

A plataforma de Morales parece, pelo menos no início, ser contrária à idéia de nova reinserção da economia boliviana na nova ordem globalizada,

O que é o IBRI

*O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.*

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

visando apenas reformas estruturais, porém, distanciadas até mesmo da visão cepalina implantada na Argentina, no Brasil e no Chile em décadas passadas, com relativo êxito e sem traumas sociais. As relações com o Brasil estão sedimentadas nas exportações de gás, que alcançam 50% de sua produção, responsáveis pela dinamização do setor externo, do nível de emprego e do dinamismo da demanda interna.

Em contrapartida, a aproximação carnal da Bolívia com Cuba e com a Venezuela não compensará a demanda por investimentos externos necessária à dinamização de sua economia. Dessa forma, caberá

ao novo governo, refletir e avaliar suas posições políticas e diplomáticas quanto ao multilateralismo, vistas como paradoxais à realidade atual da Bolívia. Por outro lado, caberá ao Brasil, evitar prévias tempestividades diplomáticas e identificar as vantagens da entrada da Bolívia no Mercosul. Da mesma forma, as possibilidades de reinversão de capitais oriundos dos seus investimentos, levando em consideração que a oferta de gás boliviano está incorporada à matriz energética brasileira. Em resumo, trata-se de uma nova questão de vantagens relativas do comércio internacional, que se regularizada a tempo, todos os envolvidos ganharão.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Existe mercado de trabalho para relações internacionais?

Rodrigo Cintra*

Os cursos de relações internacionais se multiplicaram no Brasil especialmente durante a última década, o que poderia ser entendido como uma comprovação do aumento da demanda por profissionais especializados nessa área. No entanto, uma das maiores preocupações dos alunos dos cursos de relações internacionais é quanto ao mercado de trabalho. Parece haver um descompasso entre o aumento da oferta de profissionais na área e sua demanda.

Aceitando esse cenário como verdadeiro, quem estaria errado na análise? As faculdades é que estão abrindo cursos em exagero ou é o mercado que não está absorvendo esses profissionais?

Em verdade, ainda que ambos tenham sua parcela de culpa, nenhum deles pode ser culpado, mesmo porque não se trata de achar culpados, mas de entender o processo que está acontecendo na área das relações internacionais no Brasil.

Um primeiro ponto a ser discutido envolve a formação dos alunos na graduação. Cada faculdade tem um perfil, uma grade curricular que privilegia diferentes perspectivas, e é justamente essa diferença que indica um dos pontos a ser analisado. As diferenças nos cursos indicam – ainda que não determinam – diferentes perspectivas profissionais. Alguns cursos são mais voltados para a dimensão política, enquanto outros dão preferência para a história ou para a economia.

Quando se pensa na inserção do profissional de relações internacionais no mercado de trabalho é possível encontrar no perfil da graduação cursada uma dica de onde cada um poderá atuar. Fazer um curso com vocação política certamente não será muito adequado para alguém que quer atuar na área de logística internacional de uma empresa, mas poderá

ser útil caso a pessoa queira trabalhar com a área de atendimento a clientes internacionais nessa mesma empresa.

Assim, a partir da perspectiva da formação acadêmica, não é possível fazer uma separação mecânica entre o tipo de formação e o local de trabalho. Mas é possível fazer referências com relação ao perfil do curso e o perfil da área de atuação. Por outro lado, é importante destacar que o perfil do aluno é também um elemento fundamental nessa análise, ainda que não seja abordado aqui por ultrapassar os limites desta reflexão.

O segundo ponto é um desdobramento do primeiro e está ligado ao enfoque das disciplinas. Ao mesmo tempo que o curso como um todo apresenta um perfil, as disciplinas também podem ser trabalhadas das mais diversas formas. Nesse sentido, a formação do professor e, principalmente, sua área de atuação e pesquisa são elementos fundamentais para se compreender como o marco-objeto das relações internacionais será tratado.

Mais do que uma costura entre as disciplinas numa grade curricular lógica, aqui se fala sobre a capacidade que os professores têm em fazer com que suas leituras do objeto de suas disciplinas convirjam para um todo único. Introdução à Ciência Política, por exemplo, é uma disciplina que costuma aparecer na maior parte das grades dos cursos de relações internacionais, assim como nos de ciências sociais, economia e direito. Mas isso não significa que todos devem ser dados da mesma forma, com as mesmas leituras e enfoques.

Nos cursos de relações internacionais as discussões dos Contratualistas não deve ser direcionada tanto para as diferenças existentes na concepção de Estado

* Diretor da Focus R.I. – Assessoria & Consultoria em Relações Internacionais e Vice-Presidente da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira de São Paulo (ulhoacintra@gmail.com).

de Natureza, mas sim para questões que serão relevantes no desenvolvimento dos estudos futuros na área de relações internacionais.

Ao mesmo tempo, é importante observar que o destaque dado a Thomas Hobbes, em detrimento de John Locke, não é fortuito e sem maiores consequências. Ele vai fortalecer, num segundo momento, a força da leitura Realista, o que terá impactos na forma como o aluno compreenderá as relações internacionais. Dessa forma, os professores assumem parte da responsabilidade – como, aliás, ocorre com todos os demais cursos de graduação – pelo perfil de seus alunos, como fica claro nesse exemplo da Introdução à Ciência Política.

Como a pergunta aqui é sobre o profissional de relações internacionais, o importante agora é inverter o foco, ou seja, caso o aluno queira saber qual o perfil que está ganhando ao longo da graduação, procure olhar também como os professores encaram suas disciplinas.

É possível deixar como hipótese a idéia de que quanto mais afastados da área estiverem os professores, mais ortodoxa tenderá a ser a formação. Por afastamento entende-se que as relações internacionais não são área de atuação ou interesse direto dos professores; e por ortodoxa entende-se leituras calcadas em premissas nem sempre bem trabalhadas nas relações internacionais, mas que sejam mais sólidas em outras ciências (esse é notadamente o caso da idéia de anarquia).

Esses dois pontos indicam questões a serem analisadas se o que se objetiva é entender um pouco mais do perfil dos egressos de cursos de relações internacionais. Ainda assim, não são suficientes para encaminhar a questão do mercado de trabalho. Aqui é necessário juntar um outro ponto e que está diretamente relacionado com o campo de atuação propriamente dito.

O maior problema aqui está na forma como é colocada a pergunta ou, na sequência, a forma como a resposta é construída. Em geral a visão que é apresentada é “não consigo encontrar emprego em relações internacionais”. A questão é que isso não é

exclusividade das relações internacionais, é um problema enfrentado pela quase totalidade das profissões. Um médico trabalha com medicina, é verdade, mas ele trabalha mais especificamente com alguma coisa dentro da medicina (cardiologia, oncologia, ortopedia...). O engenheiro também tem várias áreas de atuação (elétrica, mecatrônica, civil...). O advogado também apresenta suas especializações (civil, criminal, trabalhista...).

Quando se leva em conta a lógica das especializações na atuação profissional, quais razões permitiriam ao profissional de relações internacionais não se preocupar com elas? Pode ser correto dizer que um diplomata trabalha com relações internacionais, mas mais do que isso, ele trabalha com diplomacia. O mesmo ocorre com um negociador internacional de paz, com um negociador comercial internacional ou com um responsável por uma conta internacional.

Buscar um emprego em relações internacionais parece ser uma perspectiva excessivamente ampla. Exatamente do que se está falando? De qual área de atuação? A resposta passa pela identificação das competências da pessoa, competências essas ligadas tanto à formação acadêmica quanto ao perfil individual de cada um. Assim, o importante nesse momento é identificar o instrumental desenvolvido pela pessoa e que está direcionado para sua atuação profissional. Se essa questão se esgotasse apenas na formação acadêmica não existiriam tantos profissionais das mais diversas áreas atuando com relações internacionais.

Não existe o mercado para relações internacionais, ao contrário, existem várias possibilidades de atuação com relações internacionais. Da perspectiva do mercado de trabalho não se deve buscar uma área reservada para profissionais formados nas graduações de relações internacionais. Deve-se buscar vagas que exigem o domínio sobre o instrumental das relações internacionais. Essas vagas podem estar numa empresa de cosméticos ou numa trading, no departamento de comércio exterior ou no atendimento ao cliente. Saber identificar essas vagas pode ser a diferença entre alguém que atue na área e alguém que sonha em um dia atuar.

Santa Sé e Estados Unidos: afinidades eletivas nem sempre próximas

Virgílio Arraes*

Desde o último quartel do século XVIII, os Estados Pontifícios buscam estabelecer um bom relacionamento com os Estados Unidos, de forma que assegure aos católicos o pleno direito ao exercício religioso. Naquela época, não obstante a separação política com a Grã-Bretanha, vários estados conservariam inicialmente o teor da antiga legislação metropolitana, de cunho restritivo ao exercício da prática católica. Assim, apesar do pequeno número de fiéis em solo norte-americano, estimado em torno de 20 mil logo após a independência em 1776, a diplomacia pontifícia seria ativa, de maneira que, entre 1784 e 89, seria autorizada a criação da Prefeitura Apostólica dos Estados Unidos; efetivada a abertura dos portos à marinha mercante norte-americana; e criado o primeiro bispado estadunidense, situado em Baltimore.

Durante a transição do mandato de George Washington para John Adams, o país apontaria seu primeiro representante diplomático junto aos Estados Pontifícios. Adams, embora pessoalmente não manifestasse muito apreço pelas instituições pontífices, terminaria por nomear como representante um cidadão de origem italiana para estar à frente do consulado. Ainda assim, o Papado demonstraria bastante consideração com a representação, conquanto não estivesse no âmbito de embaixada. Antes mesmo da transferência definitiva da titularidade dos territórios papais para o novo reino da Itália, o relacionamento amero-pontífice estava suspenso três anos antes, em decorrência da saída intempestiva, aos olhos romanos, do representante norte-americano, tendo por ambiente interno os efeitos da recém-finda Guerra de Sucessão.

Com a criação do Estado da Cidade do Vaticano em 1929, os Estados Unidos não cogitaram reatar os

laços diplomáticos, em face da pressão de parte da sociedade norte-americana no sentido de que, em virtude da separação interna entre Estado e religião, não seria adequada a troca de diplomatas entre um Estado laico e outro observado como teocrático, por sediar simultaneamente uma monarquia e uma religião – destaque-se que tal argumentação não era utilizada relativamente à Grã-Bretanha, em que o monarca encabeça a liderança espiritual da religião predominante do reino.

De todo modo, com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos enviariam um representante, mas sem atrelagem ao Departamento de Estado, por tratar-se de um representante pessoal do Presidente da República. Nos mandatos de Nixon a Reagan, tal posicionamento se manteria, sendo dois deles de importância nos meios políticos do país: Henry Cabot Lodge Jr, Tenente-Coronel durante a Segunda Guerra, Senador por Massachusetts, Embaixador junto às Nações Unidas; e Robert Wagner Jr, também Tenente-Coronel no mesmo confronto, Prefeito de Nova York, Embaixador Junto à Espanha.

Finalmente, no final de seu primeiro mandato, Reagan decidiu nomear o primeiro titular da Embaixada junto ao Vaticano, por causa do ambiente da Guerra Fria, onde Estados Unidos e Vaticano haviam-se unidos para confrontar os países comunistas, em especial os do Leste europeu. A aliança informal obteria êxito com a derrocada em alguns anos do chamado socialismo real.

Todavia, com o fim da Guerra da Fria, a Santa Sé não se valeria da mesma ênfase para condenar as mazelas provocadas pelo capitalismo, acentuadas pelo vigor da aplicação do ideário neoliberal. Embarçava à Santa Sé a direção de críticas a um sistema cujo

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (iREL-UnB).

âmbito situava-se em um antigo aliado, os Estados Unidos. Ainda assim, a chamada 'Nova Ordem' permitiu ao Vaticano a oportunidade de distanciar sua política externa da dos Estados Unidos, movida por um estado de beligerância intenso, cujo resultado é a ampliação da instabilidade internacional. Deste modo, o distanciamento em relação ao tratamento concedido à questão do Iraque, por exemplo.

É possível que Bento XVI mantenha a tática adotada por João Paulo II, a partir dos anos 90, ao efetivar posicionamentos veementes em relação a características derivadas da Nova Ordem delineada pela principal potência, porém sem criticar seu cerne, posta a ausência plausível de opções viáveis de curto prazo, dentro da perspectiva vaticana: assim, o Papado lança restrições à pena de morte, 'negação da dignidade humana'; refuta o consumismo, ao enfatizar

a 'esterilidade espiritual' da contemporaneidade, amparada excessivamente no materialismo; condena a tortura, 'humilhação do ser humano', como instrumento de oposição ao terrorismo; opõe-se à corrida armamentista, em especial à nuclear, como justificativa de garantir a segurança nacional ou mesmo coletiva.

Não obstante as reticências generalizadas aos rumos do mundo atual, a indicação do novo titular, Dom Pietro Sambi, para a Nunciatura junto aos Estados Unidos não deverá resultar em alteração significativa do convívio entre ambos os Estados. O posto atual de Sambi é o de Núncio junto a Israel e Delegado Apostólico junto à Palestina. Deste modo, as expectativas de sua gestão se restringem ao âmbito interno, ou seja, à indicação e ratificação dos futuros bispos norte-americanos.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com